

## Correlação das normas da Corregedoria com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Agenda ONU 2030

**Consolidação de Normas****Norma****ODS****Justificativa**

|   |                    |   |
|---|--------------------|---|
| Consolidação de normas<br>TRF2-PVC-2023/00003 | 16<br>16.3<br>16.6 | Normas gerais, de organização interna e de acesso ao Judiciário Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes |
| Consolidação de normas<br>TRF2-PVC-2022/00003 | 16<br>16.3<br>16.6 |   |
| Consolidação de normas<br>TRF2-PVC-2018/00011 | 16<br>16.3<br>16.6 |   |

**Instrução Normativa****Norma****ODS****Justificativa**

|                                  |            |   |
|----------------------------------|------------|---|
| Instrução Normativa nº 1 de 2007 | 16<br>16.6 | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes |
|                                  |            |   |

**Ofícios Circulares**

|  |      |  |
|--|------|--|
| TRF2 1844432   | 16.6 | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| Regularização dos registros no PDPJ-Br   |      |  |
| TRF2 1842790   | 16.9 | Identidade legal para todos                          |
| Curso "Territórios de Direitos: Formação para Promoção do Registro e da Documentação Civil para Povos Indígenas" |      |  |
| TRF2 1835181   | 16.6 | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| Relatório de Atividades do Centro Nacional de Inteligência - CIn (Gestão 2024-2026)                              |      |  |
| TRF2 1819194   | 16.6 | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| Nota Técnica n. 65/2026 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal                                    |      |  |
| TRF2 1789435   | 16.6 | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| II Mutirão Processual Penal - Pena Justa – Mapeamento de processos   |      |  |
| TRF2 1780536   | 16.6 |  |

|  |      |  |
|--|------|--|
| Ações necessárias à correção de dados processuais encaminhados ao DataJud - vinculação de processos ao respectivo tema repetitivo  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1726447   | 16.6 |  |
| Convite. Reunião virtual. Configuração do grupo de competências "Benefícios por Incapacidade" no âmbito dos processos judiciais previdenciários de Procedimento Comum no <i>eproc</i>  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1680424   | 16.6 |  |
| Monitoramento do cumprimento do art.5º da Resolução CNJ n. 253/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1683832   | 16.6 |  |
| Monitoramento do cumprimento do art.2º da Resolução CNJ n. 562/2024, que institui diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Federal, Eleitoral, Militar, e dos Estados, Distrito Federal e Territórios |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1626845   | 16.b |  |
| Análise dos processos ambientais suspensos e controle quantitativo dos processos envolvidos e dos atos praticados antes e durante a II Semana da Pauta Verde   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1615381   | 16.6 |  |
| Identificação de possível prática de litigância abusiva e prejuízo aos substituídos processuais da ADUFRJ (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) nas execuções individuais da ação coletiva n. 0000906-21.2000.4.02.5101/RJ                            |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1546461   | 16   |  |

|   |      |  |
|---|------|--|
| Prêmio CNJ de Qualidade – Plano Nacional “Pena Justa”   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1514931  | 16   |  |
| II Semana da Pauta Verde – Concentração de atos processuais   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1438633  | 16.6 |  |
| Divulgação da Nota Técnica n. 58/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - apresenta recomendações sobre o cumprimento de decisões judiciais que concedem medicamentos   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1429105  | 16.6 |  |
| Notas Técnicas ns. 2/2025 e 3/2025 da Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1426074  | 16.6 |  |
| Notas Técnicas ns. 2/2025 e 3/2025 da Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1426068  | 16.7 |  |
| Nota Técnica n. 63/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - analisa padrões de litigiosidade anômala, possivelmente de caráter abusivo, em demandas relativas à inclusão ou manutenção de registros no Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1424766  | 16.6 |  |
| Ref.: Ofício Circular nº 17/2025/CN "Levantamento de valores sob gestão do Poder Judiciário para aplicação em ações e projetos do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Distrital para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras (Pena Justa)"           |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1424346  | 16.6 |  |

|  |      |  |
|--|------|--|
| Nota Técnica n. 57/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - trata da competência para julgamento e dos requisitos para concessão judicial de medicamentos, tendo como fundamentos os Temas nº 6 e nº 1.234 do Supremo Tribunal Federal |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1379761   | 16.3 |  |
| Divulgação da Nota Técnica nº 59/2025 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal.   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1323427   | 16.6 |  |
| Registro das Inspeções no novo CNIEP   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1310386   | 16.6 |  |
| Divulgação da iniciativa Desjudicializa Prev – Portaria Conjunta nº 4/2024 e nº 7/2025   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1273960   | 16.6 |  |
| Funcionamento do módulo denominado “Grandes Volumes”   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1176471   |      |  |
| Padronização dos prazos processuais via Prejud   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1106772   | 16.2 |  |
| Divulgação do Guia de Boas Práticas acerca do <b>Cumprimento Célere e Eficaz da Ordem Judicial de Retorno da Criança Subtraída ao seu Estado de Residência Habitual – Diagnóstico e Medidas Propositivas.</b>  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0985664   | 16   |  |
| Semana da Pauta Verde – Mapeamento de processos para inclusão na pauta temática  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0921087   | 16   |  |
| "Auditoria Coordenada CNJ: Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores", que consta no Plano Anual de Auditoria – PAA 2025 da Justiça Federal da 2ª Região.                        |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0923757   | 16   |  |

|  |      |  |
|--|------|--|
| Avaliação a aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o registro e a destinação dos recursos provenientes de prestações pecuniárias, de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário, a fim de assegurar a transparência, a contabilização, a destinação legal e a devida prestação de contas. |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0993473   | 16   |  |
| Semana da Pauta Verde – Mapeamento de processos para inclusão na pauta temática  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1118572   | 16.2 |  |
| Proposta de Recomendação para uniformização dos procedimentos relativos aos casos de subtração internacional de crianças no âmbito da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia de 1980).  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0992637   | 16.6 |  |
| Divulgação do teor da decisão ID 6000265 (0947289) do CNJ sobre a inaplicabilidade do juiz das garantias em casos de violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0917192   | 16.6 |  |
| 1º Encontro Nacional de Inovação e Boas Práticas da Justiça Federal  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 0804054   | 16.7 |  |
| Prêmio "Boas Práticas em Rede"   |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2 1012531   | 16   |  |
| Divulgação do I Encontro Nacional do Fórum Ambiental do Poder Judiciário, em São Luís/MA.  |      | Justiça - organização interna; Instituições eficazes |
| TRF2-OCI-2024/00114  | 16   |  |

|  |            |  |
|--|------------|--|
| Convite participação Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se!”, que acontecerá entre os dias 13 e 17 de maio  | 16.9       | Justiça – organização interna - fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento                       |
| TRF2-OCI-2024/00227  | 16         |  |
| Proposta de fluxo de atuação do CESOL-RJ nos casos de Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes.  | 16.2       | Justiça – organização interna - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças |
| TRF2-OCI-2023/00058  |            |  |
| Padronização de procedimentos - Providências necessárias ao saneamento de inconsistências identificadas na base de dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)  | 16.6       | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes  |
| TRF2-OCI-2023/00015  | 16         |  |
| Informa sobre nova funcionalidade tecnológica para procedimentos de correição judicial   | 16.6       | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes  |
| TRF2-OCI-2022/00103  | 16         |  |
| Informa sobre nova funcionalidade tecnológica para procedimentos de correição judicial   | 16.6       | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes  |
| TRF2-OCI-2021/00056  | 16         |  |
| Informações sobre a forma de acesso ao laudo pericial eletrônico.  | 16.6       | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes  |
| <b>Norma</b>   | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>   |
| TRF2-OCI-2021/00040  | 16         |  |
| Aditamento ao TRF2-OCI-2021/00038 dando novas orientações sobre o cadastro de residência de magistrados em 2021.   | 16.6       | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes  |
| TRF2-OCI-2021/00039  | 16         |  |
| Explicações sobre o quantitativo de sentenças previsto para fins de direito à gratificação por exercício cumulativo de jurisdição/acervo (GAJU), nos termos do art. 8º, §1º, da Resolução nº CJF-RES-2015/00341, no GEA de Junho/2021. | 16.6       | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes  |
| TRF2-OCI-2021/00038  | 16         |  |

|   |              |  |
|---|--------------|--|
| Orientações sobre cadastro de residência de magistrados em 2021.  | 16.6         | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes                    |
| TRF2-OCI-2021/00034   | 16           | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes                    |
| Orientações sobre indicação de substituto para férias , licenças e afastamentos de magistrados em 2021                            | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2021/000035  | 16           | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes                    |
| Informação para magistrados sobre processo de remoção   | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2020/000103  | 16           | Justiça – organização interna; instituições públicas eficazes/transparentes                    |
| Prestação de informações sobre docência por magistrados   | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2020/00076   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Orientações escala férias 2021  | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2020/00073   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Orientações sobre audiências  | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2020/00062   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Calendário indicação férias juízes  | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2020/00045   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Orientação passivo férias e relatório final inspeção CNJ  | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2020/00014   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Orientação pedidos alteração / interrupção férias   | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2019/00097   | 16           | Justiça – organização interna Estado de Direito Instituições públicas eficazes                 |
| Implantação SEEU  | 16.3<br>16.6 |  |
| TRF2-OCI-2019/00079   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Bens acautelados e pastas eletrônicas   | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2019/00065   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Orientação para observância das disposições do Ofício Circular nº T2-OCI-2010/00173, sobre cadastro de residência de magistrados. | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2019/00040   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes /transparentes                   |
| Presença juiz/diretor início correições   | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2019/00019   | 16           | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Desnecessidade comunicação arbitramento honorários periciais acima máximo tabela  | 16.6         |  |
| TRF2-OCI-2018/00120   | 16           | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes |
| Orienta preservação imagem imparcialidade OCI-27/CNJ  | 16.3         |  |
|   | 16.6         |  |

|   |      |  |
|---|------|--|
| TRF2-OCI-2018/00106   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Banco Nacional de Monitoramento de Prisão                                   | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2018/00091   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Manutenção alteração competência execuções fiscais                          | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2018/00081   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes /transparentes                   |
| Presença juiz/diretor abertura correições                                   | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2018/00079   | 16   | Justiça – organização interna Acesso à Justiça   |
| Gasto orçamentário AJG/orienta oficiais justiça verificar condições sociais | 16.3 |  |
| TRF2-OCI-2018/00076   | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes |
| Divulga Provimento 71 Corregedoria Nacional Justiça                         | 16.3 |  |
| Uso e-mail e manifestações em redes sociais                                 | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2018/00070   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Cadastro residência juízes  |      |  |
| TRF2-OCI-2018/00009   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Digitalização autos   | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2017/00081   | 16   |  |
| Recomendações sobre realização audiência custódia                           | 16.3 | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes /transparentes |
|   | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2017/00059   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Cadastro residência juízes  |      |  |
| TRF2-OCI-2017/00027   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Reitera obrigatoriedade uso SIGA  | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2017/00019   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Especialização varas saúde pública  | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2017/00015   | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes                |
| Orientações sobre prisões cautelares e medidas e penas alt.                 | 16.3 |  |
|   | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2017/00010   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                                  |
| Padroniza procedimentos processo eletrônico para fins de estatística        | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2016/00098   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Recomenda uso sistemas Bacenjud/Renajud/Infojud                             |      |  |
| TRF2-OCI-2016/00093   | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes                |
| Marcação audiências custódia  | 16.3 |  |
|   | 16.6 |  |

|  |      |   |
|--|------|---|
| TRF2-OCI-2016/00074  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                   |
| Recomendações sobre procedimentos relacionados processo criminal eletrônico                              | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2016/00073  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                   |
| Revoga obrigatoriedade referência livro rol dos culpados   | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2016/00033  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                   |
| Altera modelo alvará soltura   | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2016/00027  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                   |
| Implementação Apolo / contagem prazos processuais  | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2016/00026  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                   |
| Adequação Apolo contagem prazos processuais  | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2016/00001  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas eficazes                   |
| Divulga necessidade adoção proc. eletrônico p/ emissão certificado naturalização pelas varas competentes | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2015/00019  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Destinação armas apreendidas   |      |   |
| TRF2-OCI-2014/00075  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Recebimento e guarda armas de fogo   |      |   |
| TRF2-OCI-2014/00070  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Orientações juízes execução fiscal   |      |   |
| TRF2-OCI-2014/00066  | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes |
| Conduta juízes   | 16.3 |   |
|  | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2014/00065  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Abstenção de cominar multas/prisão a advogados públicos  |      |   |
| TRF2-OCI-2014/00054  | 16.3 | Estado de Direito Instituições públicas eficazes                                |
| Penas e medidas alternativas na Justiça do Trabalho  | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2014/00013  | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes |
| Alimentação dados CNCIAI   | 16.3 |   |
|  | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2014/00007  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Assinatura ofícios   |      |   |
| TRF2-OCI-2012/00084  | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes |
| Comunicação de mandado de prisão e soltura à Polinter  | 16.3 |   |
|  | 16.6 |   |
| TRF2-OCI-2012/00075  | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito Instituições públicas eficazes |
| Prisão de estrangeiro  | 16.3 |   |

|  |      |  |
|--|------|--|
|  | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2012/00068  | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito |
| Registro de mandados de prisão no Apolo para alimentação BNMP          | 16.3 | Instituições públicas eficazes                   |
|  | 16.6 |  |
| TRF2-OCI-2012/00057  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Expedição ofício ANS, ANVISA, CFM, CFM e CFO                           | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2012/00030  | 16   | Justiça – organização interna                    |
| Fim obrigatoriedade inspeção estabelecimentos penais                   |      |  |
| TRF2-OCI-2012/00002  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito  |
| Abstenção de ameaça ou determinação de prisão de advogados públicos    | 16.3 |  |
| TRF2-OCI-2011/00117  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito  |
| Orienta tramitação inquéritos  | 16.3 |  |
| TRF2-OCI-2011/00099  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Classificação registro decisões  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00031  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Divulga funcionalidade JUIWEB  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00024  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orientações uso sistema Apolo  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00014  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orientações uso sistema Apolo  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00013  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orientações uso sistema Apolo  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00012  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Informa nova funcionalidade Apolo                                      | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00010  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orientações uso sistema Apolo  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| TRF2-OCI-2011/00007  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orientação uso CNIA  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00174  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orienta sobre Sistema Nacional de Bens Apreendidos                     | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00173  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Divulga funcionalidade JUIWEB  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00166  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Mecanismos de controle de prazos prescricionais em processos criminais | 16.6 | Instituições públicas eficazes Estado de Direito |
|  | 16.3 |  |
| T2-OCI-2010/00152  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Envio relatório prisões provisórias                                    | 16.6 | Instituições públicas eficazes Estado de Direito |
|  | 16.3 |  |
| T2-OCI-2010/00144  | 16   | Justiça – organização interna;                   |

|  |      |  |
|--|------|--|
| Divulga novas diretrizes distribuição processos                                  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00139  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orienta uso sistema Apolo  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00132  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Alteração consulta autos eletrônicos   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00122  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Alteração consulta autos eletrônicos   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00103  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Reitera necessidade uso correto sistema Apolo                                    | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00086  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Esclarece medidas de simplificação de procedimentos cartorários                  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00055  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Reitera necessidade uso correto sistema Apolo                                    | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00036  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Reitera necessidade uso correto sistema Apolo                                    | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00032  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Divulga nova versão JUIWEB   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2010/00021  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Esclarece dúvidas procedimentos cartorários expedição certidão                   | 16.6 | Instituições públicas eficazes Estado de Direito |
|  | 16.3 |  |
| T2-OCI-2010/00004  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Orientação sobre registro e arquivamento de decisões                             | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2009/00305  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Cobranças por serviços prestados   | 16.3 | Acesso à Justiça                                 |
| T2-OCI-2009/00304  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Divulga procedimentos adm. adotados pela CEF para pagamento de precatórios e RPs |      |  |
| T2-OCI-2009/00282  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Obriga uso SIGA para tramitação documentos administrativos                       | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
| T2-OCI-2009/00241  | 16   | Justiça – organização interna;                   |
| Divulga funcionalidade do sistema de estatística                                 | 16.6 | Instituições públicas eficazes                   |
|  |      | /transparentes                                   |
| T2-OCI-2009/00186  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito  |
| Apreensão de armas e munições  | 16.3 |  |
| T2-OCI-2009/00169  | 16   | Justiça – organização interna;                   |

|  |            |   |
|--|------------|---|
| Comunica necessidade preenchimento CNIA site CNJ   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
| T2-OCI-2009/00128  | 16         | Justiça – organização interna;                |
| Comunica necessidade preenchimento CNIA site CNJ   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
| Ofício Circular nº 26/2007   | 16         | Justiça – organização interna;                |
| Afastamentos magistrados   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
| Ofício Circular nº 25/2007   |            | Accountability                                |
| Relatório inspeção anual   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
|  |            | /transparentes                                |
|  |            |   |
| <b>Ordens de Serviço</b>   |            |   |
|  |            |   |
| <b>Norma</b>   | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>                          |
| Ordem de serviço nº 003/2010   | 16         | Justiça – organização interna;                |
| Necessidade canal de comunicação permanente entre a Corregedoria e a 1ª instância                      | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
| Ordem de serviço nº 001/2006   | 16         | Justiça – organização interna                 |
| Estabelece procedimentos para acompanhar reclamações na Ouvidoria                                      | 16.6       | Accountability                                |
|  |            | Instituições públicas eficazes /transparentes |
| Ordem de serviço nº 002/2004   | 16         | Justiça – organização interna;                |
| Estabelece procedimentos para autuação/registo processos de competência da Corregedoria                | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
| Ordem de serviço nº 001/2004   | 16         | Justiça – organização interna;                |
| Estabelece procedimento para recebimento docs. p/ Corregedoria   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
| Ordem de serviço nº 002/2003   | 16         | Justiça – organização interna;                |
| Comunicação de atos aos juízes por correio eletrônico  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                |
|  |            |   |
| Ordem de serviço nº 001/2003   | 16         | Justiça – organização interna                 |
| Estabelece procedimento para acompanhamento e verificação resultado de reclamações feitas na Ouvidoria | 16.6       | Accountability                                |
|  |            | Instituições públicas eficazes /transparentes |
| Ordem de serviço nº 001/2001   | 16         | Justiça – organização interna;                |

|  |            |  |
|--|------------|--|
| Estabelece procedimentos Corregedoria  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
|  |            |  |
| <b>Portarias</b>   |            |  |
| <b>Norma</b>   | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>                         |
| PORTARIA COR/TRF2 N° 684 - 2025  | 16.6       | instituições públicas eficazes/transparentes |
| Dispõe sobre a composição da Comissão responsável pela seleção dos projetos beneficiários dos valores decorrentes das penalidades de prestação pecuniária, de que trata o art. 202, § 1º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região |            |  |
| PORTARIA T2-COR/TRF2 N° 5 - 2025   | 16         | Justiça – organização interna;               |
| Estabelece procedimentos e diretrizes para a realização de Mutirão Processual Penal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região durante os meses de junho, julho e agosto de 2025  |            |  |
| TRF2-PTC-2024/00297  | 16.6       |  |
| Institui Grupo de Trabalho para adequação dos artigos 194 a 209 da Consolidação de Normas desta Corregedoria Regional à Resolução CNJ n. 558, de 06 de maio de 2024  |            | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTC-2024/00217  | 16.6       |  |
| Seleciona unidade para integrar o Programa de Acompanhamento Especial (PAE) - 40ª Vara Federal do Rio de Janeiro (SJRJ);   |            | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTP-2024/00235  | 16.10      |  |

|  |      |  |
|--|------|--|
| Designa os membros da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região  |      | Justiça – organização interna;               |
| TRF2-PTC-2023/00190  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| ispõe sobre a criação da Comissão Previdenciária para o estudo prévio e criação do banco de laudos técnicos-periciais sobre as condições ambientais de trabalho na 2ª Região Federal.  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTC-2023/00001  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| Institui o Plano de Trabalho da Corregedoria Regional, no ano de 2023  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |
|  |      |  |
| TRF2-PTC-2022/00316  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| Institui grupo de servidores de apoio  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTC-2021/00338  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| Institui critérios para auxílio de Juízos no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região e define unidades auxiliadas para o ano de 2022  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTC-2021/00285  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| Aprova a Escala de Férias dos Juízes da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região, referente ao exercício de 2022.   | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTC-2021/00180  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| Dá ciência da nova escala de Varas responsáveis pelas Audiências de Custódia em 2022 (CAC).  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PTC-2021/00129  | 16   | Justiça – organização interna;               |
| Implementa Plano de Trabalho instituído pela Portaria Nº TRF2-PTC-2021/00123, de 15 de abril de 2021, para atender à Diretriz Estratégica 1 - Desenvolver projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes |

|   |      |  |
|---|------|--|
| TRF2-PTC-2021/00130   | 16   | Justiça – organização interna;                               |
| Implementa medidas para atuação de Grupos de Servidores de Apoio em regime especial de auxílio a unidades jurisdicionais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes                 |
| TRF2-PTC-2021/00124   | 16   | Justiça – organização interna;                               |
| Estabelece que as atividades de correição ocorrerão em modalidade 100% virtual e remota, em vista das condições sanitárias impostas pela pandemia do covid-19.  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes                 |
| TRF2-PTC-2020/00459   | 16   | Justiça – organização interna;                               |
| Escala de férias 2021 de magistrados  | 16.6 | instituições públicas eficazes/transparentes                 |
| Exclusão varas do GEA abril 2020  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                               |
| TRF2-PTC-2019/00429   | 16   | Justiça – organização interna;                               |
| Aprova escala férias juizes 2020  | 16.6 | Instituições públicas responsáveis                           |
| TRF2-PTC-2019/00407   | 16   | Justiça – organização interna Acesso à Justiça               |
| Altera escala varas responsáveis Central de Audiências de Custódia CAPITAL  | 16.3 |  |
| TRF2-PTC-2019/00281   | 16   | Justiça – organização interna Acesso à Justiça/presos        |
| Aprova escala varas para audiência de custódia 2020   | 16.3 | provisórios  |
| TRF2-PTC-2019/00135   | 16   | Justiça – organização interna Instituições públicas eficazes |
| Delega atribuições juízas auxiliares Corregedoria   |      |  |
| TRF2-PTC-2019/00108   | 16   | Instituições públicas eficazes                               |
| Revoga Resolução 90/2009 sobre honorários periciais   |      |  |
| TRF2-PTC-2018/00507   | 16   | Instituições públicas eficazes – redução de acervo           |
| Altera regras GEA   | 16.6 |  |
| TRF2-PTC-2018/00442   | 16   | Instituições públicas eficazes                               |
| Designa juiz coordenador e-Proc   | 16.6 |  |
| TRF2-PTC-2017/00153   | 16   | Instituições públicas eficazes                               |
| Institui comissão apuração Índice produtividade comparada   | 16.6 |  |
| TRF2-PTC-2017/00150   | 16   | Instituições públicas eficazes                               |
| Institui comissão para desenvolver projetos de gestão judicial  | 16.6 |  |
| TRF2-PTC-2016/00324   | 16   | Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna |
| Altera modelo de Carta de Execução Penal  | 16.6 |  |
| TRF2-PTC-2016/00317   | 16   | Instituições públicas eficazes – redução de acervo           |
| Designa juiz compor GEA   | 16.6 |  |
| TRF2-PTC-2016/00236   | 16   | Acesso à Justiça – presos provisórios                        |

|   |            |  |
|---|------------|--|
| Altera escala varas resp. audiência Custódia 2016 | 16.3       |  |
| TRF2-PTC-2016/00220                               | 16         | Accountability   |
| Modifica período correição                        | 16.6       |  |
| TRF2-PTC-2016/00135                               | 16         | Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna |
| Altera modelo alvará soltura                      | 16.6       |  |
| TRF2-PTC-2015/00402                               | 16         | Instituições públicas eficazes Justiça – organização interna |
| Altera modelo alvará soltura                      | 16.6       |  |
| TRF2-PTC-2014/00325                               | 16         | Acesso à Justiça   |
| Fixa valores por serviços prestados pela JFRJ     | 16.3       |  |
| TRF2-PTC-2014/00020                               | 16         | Accountability   |
| Aprova autoinspeção                               | 16.6       | Instituições públicas eficazes /transparentes                |
| TRF2-PTC-2013/00180                               | 16         | Accountability   |
| Altera portaria PTC/00168 correições ordinárias   | 16.6       | Instituições públicas eficazes /transparentes                |
| TRF2-PTC-2011/00128                               | 16         | Justiça – organização interna                                |
| Tabela única classes 2ª Região                    |            |  |
| Portaria 57/2009                                  | 16         | Justiça – organização interna;                               |
| Atualiza manual procedimentos cartórios           | 16.6       | Instituições públicas eficazes                               |
| Portaria 13/2009                                  | 16         | Justiça – organização interna;                               |
| Cronograma de implantação processo digital        | 16.6       | Instituições públicas eficazes                               |
| Portaria 23/2003                                  | 16         | Justiça – organização interna;                               |
| Aprova manuais de procedimentos cartórios         | 16.6       | Instituições públicas eficazes                               |
|   |            |  |
|   |            |  |
| <b>Provimentos</b>                                |            |  |
| <b>Norma</b>                                      | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>   |
| PROVIMENTO TRF2 Nº 1, DE 03 DE MARÇO DE 2026      | 16.6       |  |

|  |             |  |
|--|-------------|--|
| <p>Altera a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (Provimento TRF2-PVC-2022/00003) para disciplinar o procedimento a ser observado pelos Oficiais de Justiça quanto à apresentação da possibilidade de autocomposição e à certificação de proposta apresentada pelas partes durante o cumprimento de mandados judiciais</p>  |             | <p>Instituições Publicas eficazes</p>          |
| <p>Provimento TRF2 Nº 18</p>   |             |  |
| <p>Adequa o Provimento TRF2 nº 8/2025 à Recomendação CJF nº 8/2025, para recomendar aos magistrados de primeiro grau de jurisdição que, nos processos instaurados com fundamento na Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, condicionem a ordem de retorno à prévia manifestação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região sobre eventual efeito suspensivo</p>   | <p>16.2</p> | <p>Instituições Publicas eficazes</p>          |
| <p>TRF2 Nº 10, DE 26 DE JUNHO DE 2025</p>  | <p>16.7</p> |  |
| <p>Altera o Capítulo II do Título IV (artigos 194 a 209) da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região para adequação à Resolução CNJ nº 558/2024, que estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário.</p> |             | <p>Justiça - Instiuições Públicas eficazes</p> |
| <p>TRF2 Nº 8, DE 09 DE junho DE 2025</p>   | <p>16.2</p> |  |

|   |      |                                |
|---|------|--------------------------------|
| Recomenda aos Magistrados que, nas decisões que determinem o retorno de crianças ao exterior nos casos de subtração internacional, seja, diante da irreversibilidade da medida, estabelecido prazo que assegure o reexame dessas decisões em eventual recurso, garantindo o melhor interesse da criança. Inclui orientações sobre a implementação do retorno, acompanhamento, documentação e medidas de segurança para assegurar o retorno seguro da criança, promovendo a uniformização dos procedimentos. |      | Instituições públicas eficazes |
| TRF2 Nº 5, DE 25 DE março DE 2025   | 16.2 |                                |
| Determinar que os juízos com competência para julgar os aspectos civis do sequestro internacional de crianças oficiem a Corregedoria sempre que for ultrapassado o prazo de 6 (seis) semanas para decisão sobre requerimento de retorno da criança, estabelecido no art. 11 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, promulgada pelo Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000, informando as razões da demora e a data prevista para a prática do ato.                 |      | Instituições públicas eficazes |
| TRF2-RSP-2024/00055   |      |                                |
| Dispõe sobre a competência territorial e em razão da matéria das varas federais, juizados especiais federais e turmas recursais e dispõe sobre a equalização de carga de trabalho na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.  | 16.3 | Justiça - organização interna  |
| TRF2-PVC-2023/00002   |      | Justiça – organização interna; |
| Disciplina o regime de teletrabalho (presencial e remoto dos Magistrados da Justiça Federal da 1ª Instância)  | 16.6 | instituições públicas eficazes |
| TRF2-PVC-2022/00004   |      | Justiça – organização interna; |
| Altera o Anexo único e o artigo 91 do Provimento no. TRF2-PVC-2022/0003.  | 16.6 | instituições públicas eficazes |
| TRF2-PVC-2022/00003   |      | Justiça – organização interna; |

|   |      |   |
|---|------|---|
| Aprova a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região e revoga o Provimento no. 11 de 09 de maio de 2018, e demais disposições em sentido contrário.             | 16.6 | instituições públicas eficazes                                    |
| TRF2-PVC-2021/00003   |      | Justiça – organização interna;                                    |
| Alterar os artigos 110, 121 e 158 a 169 do Provimento nº TRF2-PVC-2018/00011, de 9 de maio de 2018, que institui a Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região. | 16.6 | instituições públicas eficazes                                    |
| TRF2-PVC-2021/00002   | 16   | Justiça – instituições públicas                                   |
| Regula procedimentos de correição   | 16.6 | eficazes/transparentes  |
| TRF2-PVC-2021/00001   | 16   | Justiça – instituições públicas                                   |
| Revoga obrigatoriedade de publicação de atos judiciais no eDJF2R  | 16.6 | eficazes/transparentes  |
| TRF2-PVC-2020/00011   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Recomenda uso do protesto extrajudicial   | 16.6 | instituições públicas eficazes                                    |
| TRF2-PVC-2020/00010   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Altera normas que regulam atividade de oficiais de justiça  | 16.6 | instituições públicas responsáveis                                |
| TRF2-PVC-2020/00009   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Obrigatoriedade adoção PJe  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                    |
| TRF2-PVC-2020/00008   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Obrigatoriedade adoção PJe  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                    |
| TRF2-PVC-2020/00007   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Regula atividade correccional primeira instância  | 16.6 | Instituições públicas transparentes                               |
| TRF2-PVC-2020/00006   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Regula atividade correccional   | 16.6 | Instituições públicas transparentes                               |
| TRF2-PVC-2020/00003   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Reclamações sobre juízes  | 16.6 | Instituições públicas transparentes                               |
| TRF2-PVC-2020/00002   | 16   | Justiça – organização interna; Acesso à Justiça                   |
| Expediente forense  | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2020/00001   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas responsáveis |
| Medidas prevenção coronavírus   | 16.6 |   |
| TRF2-PVC-2019/00010   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |
| Procedimentos correição   | 16.6 | Accountability  |
| TRF2-PVC-2019/00008   | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas –            |
| Medidas execução penal  | 16.6 | responsabilidade - eficácia                                       |
| TRF2-PVC-2019/00006   | 16   | Justiça – organização interna;                                    |

|  |      |   |
|--|------|---|
| Destinação social de bens e valores apreendidos                    | 16.6 | Instituições públicas – responsabilidade – transparência                            |
| TRF2-PVC-2019/00005  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito                                     |
| Vitalicamento de juízes  | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2019/00004  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Organização e funcionamento (distribuição recursos TRs)            |      |   |
| TRF2-PVC-2019/00003  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Organização e funcionamento (distribuição recursos TRs)            |      |   |
| TRF2-PVC-2019/00001  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Organização e funcionamento (vedação férias na inspeção/correição) |      |   |
| TRF2-PVC-2018/00026  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Procedimento Alvará levantamento                                   |      |   |
| TRF2-PVC-2018/00025  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Controle presença juízes   |      |   |
| TRF2-PVC-2018/00024  | 16   | Justiça – organização interna;  |
| Regras inspeção aferição acervo                                    | 16.6 | Accountability  |
|  |      | Instituições públicas eficazes /transparentes                                       |
| TRF2-PVC-2018/00023  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Especialização vara  |      |   |
| TRF2-PVC-2018/00022  | 16   | Justiça – organização interna; Estado de Direito                                    |
| Identidade física do Juiz processos criminais                      | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2018/00021  | 16   | Justiça – organização interna Acesso à Justiça                                      |
| Altera juízos tabelares  | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2018/00020  | 16   | Justiça – organização interna Acesso à Justiça                                      |
| Altera juízos tabelares  | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2018/00019  | 16   | Justiça – organização interna Acesso à Justiça                                      |
| Regras impedimento coletivo  | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2018/00018  | 16   | Justiça – organização interna; Instituições públicas transparentes - Accountability |
| Controle pagamentos execução parcelada                             | 16.6 |   |
| TRF2-PVC-2018/00017  | 16   | Justiça – organização interna; Acesso à Justiça                                     |
| Comunicação prisão e audiência de custódia                         | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2018/00016  | 16   | Justiça – organização interna;  |
| Verificação gravação depoimentos                                   | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2018/00015  | 16   | Justiça – organização interna   |
| Autuação apensos ações Improbidade Administrativa redistribuídos   |      |   |
| TRF2-PVC-2018/00013  | 16   | Justiça – organização interna;  |
| Livros/pastas obrigatórios unidades                                | 16.6 | Instituições públicas eficazes - Accountability                                     |

|   |      |   |
|---|------|---|
| TRF2-PVC-2018/00012                                 | 16.3 | Acesso à Justiça Transparência - Accountability                     |
| Regras plantão                                      | 16.6 |   |
| TRF2-PVC-2018/00011                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Nova consolidação de normas Corregedoria            |      |   |
| TRF2-PVC-2018/00010                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Digitalização autos e arquivamento                  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                      |
| TRF2-PVC-2018/00009                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Digitalização autos.                                | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                      |
| TRF2-PVC-2018/00006                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Regras redistribuição por Alteração de competência  | 16.6 | Instituições públicas – responsabilidade – eficácia - transparência |
| TRF2-PVC-2018/00003                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Digitalização autos                                 | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                      |
| TRF2-PVC-2018/00001                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Regras plantão judicial                             | 16.3 | Acesso à Justiça  |
|   | 16.6 | Transparência   |
| TRF2-PVC-2017/00017                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Redução distribuição                                |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00015                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Procedimento expedição Alvará de soltura            |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00014                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Institui semana de inspeção ordinária unificada     | 16.6 | Accountability  |
|   |      | Instituições públicas eficazes/transparentes                        |
| TRF2-PVC-2017/00013                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Estabelece plano de digitalização                   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                      |
| TRF2-PVC-2017/00012                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |
| Institui painel indicadores corregedoria            | 16.6 | Accountability – transparência - eficácia                           |
| TRF2-PVC-2017/00010                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Nova tabela classes processuais 2ª Região           |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00009                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Distrib. Proc. Relatoria 8TR                        |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00008                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Critérios concessão trânsito remoção interna        |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00007                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Distribuição recursos e processos ao vice-gestor TR |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00003                                 | 16   | Justiça – organização interna                                       |
| Altera regras designação juízes                     |      |   |
| TRF2-PVC-2017/00001                                 | 16   | Justiça – organização interna;                                      |

|  |      |   |
|--|------|---|
| Grupo monitoramento prisões cautelares   | 16.6 | Instituições públicas responsáveis                              |
|  |      | Estado de Direito   |
|  | 16.3 |   |
| TRF2-PVC-2016/00012  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Retificação 2016/11  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                  |
| TRF2-PVC-2016/00011  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Proced. Penal eletrônico   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                  |
| TRF2-PVC-2016/00010  | 16   | Justiça – organização interna                                   |
| Livros e pastas obrigatórios   |      |   |
| TRF2-PVC-2016/00007  | 16   | Justiça – organização interna                                   |
| Redistribuição processos SJM e Volta Redonda   |      |   |
| TRF2-PVC-2016/00004  | 16   | Justiça – organização interna                                   |
| Susp. distribuição 7VFCrim.  |      |   |
| TRF2-PVC-2016/00003  | 16   | Justiça – organização interna                                   |
| Descarte contraprova perícias  |      |   |
| TRF2-PVC-2016/00002  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Proced. processos criminais  | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                  |
| TRF2-PVC-2016/00001  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Tabelas produtividade varas  | 16.6 | Instituições públicas eficazes – transparência - accountability |
| TRF2-PVC-2015/00012  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Altera art. 185 da CNC – comunicações entre o TRF e demais unidades da JF  | 16.6 | Justiça – instituições eficazes                                 |
| TRF2 – PVC – 2015/00011  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Altera o TRF2-PVC-2015/0007 – disciplina distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs | 16.6 | Justiça – instituições eficazes                                 |
| TRF2-PVC-2015/00010  | 16   | Justiça – organização interna                                   |
| Altera ordem de juízes tabelares   |      |   |
| TRF2-PVC-2015/00009  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Altera o TRF2-PVC-2015/0007 – distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs            | 16.6 | Justiça – instituições eficazes                                 |
| TRF2-PVC-2015/00008  | 16   | Justiça – organização interna                                   |
| Vitalicamento de juízes  | 16.3 | Estado de Direito   |
| TRF2-PCV-2015/00007  | 16   | Justiça – organização interna;                                  |
| Distribuição de recursos e proc. Originários ao juiz gestor e gabinetes das TRs  | 16.6 | Justiça – instituições eficazes                                 |
| TRF2-PVC-2015/00006  | 16   | Justiça – organização interna                                   |

|   |         |   |
|---|---------|---|
| Distribuição diferenciada recursos juiz gestor das TRs          | 16.6    | Justiça – instituições eficazes             |
| TRF2-PVC-2015/00005   | 16      | Justiça – organização interna;              |
| Plantão judiciário  | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| TRF2-PVC-2015/00004   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Redistribuição processos  |         |   |
| TRF2-PVC-2015/00003   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Autoriza uso assinatura física juízes                           |         |   |
| TRF2-PVC-2015/00002   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Ordem juízes tabelares  |         |   |
| TRF2-PVC-2015/00001   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Altera anexo CNC  |         |   |
| TRF2-PVC-2014/00009   | 16      | Justiça – organização interna               |
| distribuição JEFs Campo Grande                                  | 16.6    | Justiça – instituições eficazes             |
| TRF2-PVC-2014/00007   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Dispõe sobre desarquivamento, autenticação de peças e certidões | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| TRF2-PVC-2014/00006   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Altera escala plantão   | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| TRF2-PVC-2014/00005   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Altera escala plantão   | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| TRF2-PVC-2014/00004   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Altera TRF2-PVC-2013/00009                                      | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| Escala plantão  |         |   |
| TRF2-PVC-2014/00001   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Altera CNC  |         |   |
| TRF2-PVC-2013/00021   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Redistribuição feitos   |         |   |
| TRF2-PVC-2013/00017   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Valor de custas   | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| TRF2-PVC-2013/00016   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Tramitação prioritária inquéritos e processos criminais         | 16.3    | Estado de Direito                           |
| TRF2-PVC-2013/00015   | 16 16.6 | Justiça – organização interna               |
| Especialização de varas, distribuição e redistribuição          |         | Instituições públicas eficazes; efetividade |
| TRF2-PVC-2013/00014   | 16      | Justiça – organização interna;              |
| Escala férias juízes  | 16.6    | Instituições públicas responsáveis          |
| TRF2-PVC-2013/00012   |         |   |
| Segurança de veículos oficiais                                  | 16      | Justiça – organização interna               |
| TRF2-PVC-2013/00011   |         |   |
| Distribuição/redistribuição feitos                              | 16      | Justiça – organização interna               |
| TRF2-PVC-2013/00010   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Plantão judiciário  | 16.3    | Acesso à Justiça                            |
| TRF2-PVC-2013/00009   | 16      | Justiça – organização interna               |
| Plantão judiciário  | 16.3    | Acesso à Justiça                            |

|   |      |  |
|---|------|--|
| TRF2-PVC-2013/00007                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Suspende TRF2-PVC-2013/00004                            | 16.6 | Transparência                                |
| TRF2-PVC-2013/00005                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Plantão judiciário                                      | 16.3 | Acesso `a Justiça                            |
| TRF2-PVC-2013/00004                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Uso de recursos de penas de prestação pecuniária        | 16.6 | Transparência                                |
| TRF2-PVC-2012/00016                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Altera CNC - redistribuição                             |      |  |
| TRF2-PVC-2012/00014                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Ordem tabelares   |      |  |
| TRF2-PVC-2012/00013                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Juiz substituto plantão                                 | 16.3 | Acesso `a Justiça                            |
| TRF2-PVC-2012/00011                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Tramitação inquérito                                    | 16.3 | Estado de Direito                            |
| TRF2-PVC-2012/00010                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Prazo cumprimento mandados                              | 16.3 | Acesso à Justiça                             |
| TRF2-PVC-2012/00003                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Distribuição/redistribuição                             |      |  |
| TRF2-PVC-2012/00002                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Inspeção judicial                                       | 16.6 | Accountability                               |
|   |      | Instituições públicas eficazes/transparentes |
| TRF2-PVC-2012/00001                                     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Penhora de bens   | 16.6 | Efetividade                                  |
| T2-PVC-2011/00029                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Juízo tabelar   |      |  |
| T2-PVC-2011/00025                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Inspeção em estabelecimentos penais                     | 16.3 | Estado de Direito/superlotação presídios     |
| T2-PVC-2011/00024                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Inspeção e procedimentos criminais                      | 16.3 | Estado de Direito/Accountability             |
|   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/transparentes |
| T2-PVC-2011/00023                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Revoga prov 114/97 e 8/2005                             |      |  |
| ouvidoria   |      |  |
| T2-PVC-2011/00019                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Altera CNC – registro baixa procs.                      |      |  |
| T2-PVC-2011/00018                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Acesso advogados, procuradores e MP a autos eletrônicos | 16.3 | Estado de Direito/acesso `a Justiça          |
| T2-PVC-2011/00014                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Substituição recíproca titular/substituto               |      |  |
| T2-PVC-2011/00009                                       | 16   | Justiça – organização interna                |
| Obriga cadastro bens constritos                         | 16.6 | Transparência/accountability                 |
| T2-PVC-2011/00007                                       | 16   | Justiça – organização interna                |

|  |      |   |
|--|------|---|
| Plantão judiciário                                       | 16.3 | Acesso à Justiça  |
| T2-PVC-2011/00005  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Inspeção/correição                                       | 16.6 | Accountability  |
|  |      | Instituições públicas eficazes/transparentes                  |
| T2-PVC-2011/00004  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Expedição mandado intimação                              |      |   |
| T2-PVC-2011/00003  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Alvará levantamento                                      | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                |
| T2-PVC-2010/00089  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Consulta dados processo eletrônico                       | 16.6 | Instituições públicas transparentes                           |
| T2-PVC-2010/00088  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Distribuição/redistribuição                              |      |   |
| T2-ATC-2011/00079  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| redistribuição   |      |   |
| T2-PVC-2010/00086  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Formação anexos e autos físicos                          |      |   |
| T2-ATC-2010/00396  |      |   |
| Altera T2-PVC-2010/00085                                 | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| T2-ATC-2011/00075  |      |   |
| Altera T2-PVC-2010/00085                                 | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| T2-ATC-2011/00159  |      |   |
| Altera T2-PVC-2010/00085                                 | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| T2-PVC-2010/00085  | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Curso ambientação juízes                                 | 16.3 | Estado de Direito   |
| Provimento-2010/00084                                    | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Controle prazo prescrição                                | 16.3 | Estado de Direito   |
| Provimento -2010/00083                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Inspeção estabelecimento penal                           | 16.6 | Accountability/Instituições públicas eficazes e transparentes |
|  | 16.3 | Estado de Direito superlotação presídios                      |
| Provimento -2010/00082                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Substituição automática juízes                           |      |   |
| Provimento -2010/00081                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Prazo juntada e publicação atos pelas secretarias juízos | 16.3 | Acesso à Justiça  |
| Provimento -2010/00080                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Participação juízes em mutirões                          | 16.3 | Acesso à Justiça  |
| Provimento -2010/00079                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Distribuição feitos 1ª instância                         |      |   |
| Provimento -2010/00078                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Distribuição/redistribuição                              |      |   |
| Provimento -2010/00077                                   | 16   | Justiça – organização interna                                 |
| Inclui novos juízos tabelares                            | 16.3 | Acesso à Justiça/Instituições públicas transparentes          |
|  | 16.6 |   |
| Provimento -2010/00076                                   |      |   |

|   |      |  |
|---|------|--|
| Distribuição/redistribuição                                 | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2010/00075                                      |      |  |
| Procedimento elaboração cálculos judiciais                  | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2010/00074                                      |      |  |
| Formação anexos e autos físicos                             | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2010/00073                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Plantão judicial feriados municipais                        | 16.3 | Acesso `a Justiça/instituições públicas responsáveis             |
|   | 16.6 |  |
| Provimento -2010/00072                                      |      |  |
| Juntada docs. intercorrentes e feitos baixados e arquivados | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2010/00071                                      |      |  |
| Simplifica procedimentos cartorários                        | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2009/00070                                      | 16   | Justiça – organização interna;                                   |
| Férias juízes   | 16.6 | Instituições públicas responsáveis                               |
| Provimento -2009/00069                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Distribuição e regras prevenção                             | 16.3 | Acesso `a Justiça  |
| Provimento -2009/00068                                      |      |  |
| Processamento mandados/cartas                               | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2009/00067                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Proced. Elaboração cálculos                                 |      |  |
| Provimento -2009/00066                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Preços serviços prestados SJRJ/SJES                         | 16.3 | Acesso `a Justiça  |
| Provimento -2009/00065                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Relatórios eletrônicos inspeção                             | 16.6 | Accountability   |
|   |      | Instituições públicas eficazes/transparentes                     |
| Provimento -2009/00064                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Cria nova classe processual                                 |      |  |
| Provimento -2009/00062                                      | 16   | Justiça – organização interna;Instituições públicas responsáveis |
| Férias juízes   | 16.6 |  |
| Provimento -2009/00061                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Arquivamento processos                                      |      |  |
| Provimento -2009/00060                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Certificados digitais                                       | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                   |
| Provimento -2009/00059                                      |      |  |
| Substituição automática juízes                              | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Provimento -2009/00058                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Assinatura eletrônica atos proc.                            | 16.6 | Instituições públicas eficazes                                   |
| Provimento -2009/00057                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Correições ordinárias                                       | 16.6 | Instituições públicas eficazes/transparentes                     |
| Provimento -2009/00056                                      | 16   | Justiça – organização interna                                    |
| Tabelaridade juízos   | 16.3 | Acesso `a Justiça / instituições públicas responsáveis           |
|   | 16.6 |  |

|   |      |  |
|---|------|--|
| Provimento -2009/00055                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Plantão judiciário/atribuição competência               | 16.3 | Acesso `a Justiça / instituições públicas eficazes |
|   | 16.6 |  |
| Provimento -2009/00054                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Inspeção anual  | 16.6 | Accountability                                     |
|   |      | Instituições públicas eficazes/transparentes       |
| Provimento -2009/00053                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Assinatura eletrônica                                   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                     |
| Provimento -2009/00052                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Virtualização unidade                                   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                     |
| Provimento -2008/00051                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Especialização unidades                                 | 16.6 | Instituições públicas eficazes                     |
| Provimento -2008/00050                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Reclassificação de processos na fase de execução        | 16.6 | Instituições públicas eficazes                     |
| Provimento -2008/00049                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Implantação tabela única processual                     | 16.6 | Instituições públicas eficazes                     |
| Provimento -2008/00048                                  | 16.3 | Estado de Direito                                  |
| Vitalicamento magistrados                               | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Provimento -2008/00047                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Estatística   | 16.6 | Instituições públicas eficazes / transparentes     |
| Provimento -2008/00046                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Correições  | 16.6 | Instituições públicas transparentes                |
| Provimento -2008/00045                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Alteração competência                                   | 16.6 | Instituições públicas eficazes / transparentes     |
| Provimento -2008/00044                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Distribuição processos                                  |      |  |
| Provimento -2007/00043                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Redistribuição processos                                |      |  |
| Provimento -2007/00042                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Cargas autos  |      |  |
| Provimento -2007/00041                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Afastamentos magistrados                                |      |  |
| Provimento -2007/00040                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Estatística   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/ transparentes      |
| Provimento -2007/00039                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Portal de estatísticas                                  | 16.6 | Instituições públicas eficazes/ transparentes      |
| Provimento -2007/00038                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Portal de estatísticas                                  | 16.6 | Instituições públicas eficazes/ transparentes      |
| Provimento -2007/00037                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Controle distribuição Demandas preventas ou repetitivas | 16.6 | Instituições públicas eficazes/ transparentes      |
| Provimento -2007/00036                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |
| Estatística   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/ transparentes      |
| Provimento -2007/00035                                  | 16   | Justiça – organização interna                      |

|   |      |   |
|---|------|---|
| Redistribuição por alteração de competência                               | 16.6 | Instituições públicas eficazes/ transparentes |
| Provimento -2006/00032  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Revoga artigo CNC   |      |   |
| Provimento -2006/00031  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Assinatura eletrônica execução fiscal                                     | 16.6 | Instituições públicas eficazes                |
| Provimento -2006/00030  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Define conceito de sentença repetitiva                                    |      |   |
| Provimento -2006/00029  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Comunicação à Corregedoria distribuição por dependência sem fundamentação |      |   |
| Provimento -2006/00028  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Define conceito de Sentença repetitiva                                    |      |   |
| Provimento -2006/00027  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Substituição juiz distribuidor  |      |   |
| Provimento -2006/00026  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Tabelaridade juízos   | 16.3 | Acesso à Justiça                              |
| Provimento -2006/00025  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Tabelamento Juízos e cria classes processuais                             | 16.3 | Acesso à Justiça                              |
| Provimento -2006/00024  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Disciplina emissão certidões  | 16.3 | Acesso à Justiça                              |
| Provimento -2006/00023  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Classificação Sentenças   |      |   |
| Provimento -2006/00022  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Classificação Sentenças   |      |   |
| Provimento -2006/00021  | 16   | Justiça – organização interna;                |
| Dispõe sobre escala de férias juízes                                      | 16.6 | Instituições públicas responsáveis            |
| Provimento -2005/00020  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Afastamentos juízes   |      |   |
| Provimento -2005/00019  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Distribuição processos  |      |   |
| Provimento -2005/00018  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Distribuição titulares/substitutos  |      |   |
| Provimento -2005/00015  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Vitalicamento juízes  | 16.3 | Estado de Direito                             |
| Provimento -2005/00014  |      |   |
| Afastamentos participação em eventos por juízes                           | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Provimento -2005/00013  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Plantão judicial  | 16.3 | Acesso `a Justiça                             |
| Provimento -2005/00011  | 16   | Justiça – organização interna                 |
| Vitalicamento juízes  | 16.3 | Estado de Direito                             |

|   |      |   |
|---|------|---|
| Provimento -2005/00009  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Suspeição/impedimento e tabelar   | 16.6 | Instituições públicas transparentes               |
| Provimento -2005/00008  |      |   |
| Funcionamento e organização gabinete Corregedoria   | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Provimento -2005/00003  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Redistribuição de casos de suspeição  | 16.6 | Instituições públicas transparentes               |
| Provimento -2005/00001  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Processo eletrônico   | 16.6 | Instituições públicas eficazes                    |
| Provimento -2004/00017  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Afastamentos juízes   |      |   |
| Provimento -2004/00016  |      |   |
| Distribuição processos entre Titulares/substitutos JFES   | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Provimento -2004/00015  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Designação juiz distribuidor  |      |   |
| Provimento -2004/00014  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Plantão judiciário  | 16.3 | Acesso `a Justiça                                 |
| Provimento -2004/00012  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Rotinas cartorárias   |      |   |
| Provimento -2004/00011  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Critérios substituição Juízes férias/afastamentos   |      |   |
| Provimento -2004/00009  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Disciplina registro audiovisual depoimentos e interrogatórios                                     | 16.3 | Estado de Direito                                 |
| Provimento -2004/00008  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Cria classe processual  |      |   |
| Provimento -2004/00007  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Relação servidores VEP  |      |   |
| Provimento -2004/00006  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Cria programa adjudicação bens execução fiscal em prol de entidade c/ destinação social           | 16.4 | Recuperação de recursos roubados / accountability |
|   | 16.6 |   |
| Provimento -2004/00005  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Cadastro bens apreendidos em procedimentos criminais  | 16.6 | transparência                                     |
| Provimento -2004/00004  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Vitaliciamento juízes   | 16.3 | Estado de Direito                                 |
| Provimento -2004/00003  | 16   | Justiça – organização interna                     |
| Cartas precatórias e rogatórias em crimes contra SFN e lavagem/ocultação de bens/direitos/valores | 16.4 | Recuperação de recursos roubados                  |
| Provimento -2004/00002  | 16   | Justiça – organização interna                     |

|  |      |                                     |
|--|------|-------------------------------------|
| Carga autos adv. Públicos                            |      |                                     |
| Provimento -2004/00001                               | 16   | Justiça – organização interna       |
| Correições/inspeções                                 | 16.6 | Instituições públicas transparentes |
| Provimento – 2003/00020                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Livros obrigatórios CNC                              |      |                                     |
| Provimento – 2003/00019                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Requisição servidores                                |      |                                     |
| Provimento – 2003/00017                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Redistribuição processos                             |      |                                     |
| Provimento – 2003/00016                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Criação classes processuais                          |      |                                     |
| Provimento – 2003/00015                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Inclusão classe processual                           |      |                                     |
| Provimento – 2003/00014                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Arquivo cópia ata audiência                          |      |                                     |
| Provimento – 2003/00013                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Inclusão classe proc.                                |      |                                     |
| Provimento – 2003/00012                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Correio eletrônico                                   |      |                                     |
| Provimento – 2003/00011                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Plantão judiciário                                   | 16.3 | Acesso `a Justiça                   |
| Provimento – 2003/00010                              | 16   | Justiça – organização interna;      |
| Férias juízes  | 16.6 | Instituições públicas responsáveis  |
| Provimento – 2003/00009                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Comunicação atos judiciais                           |      |                                     |
| Provimento – 2003/00008                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Prazo recursal                                       | 16.3 | Estado de Direito                   |
| Provimento – 2003/00007                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Criação classes processuais                          |      |                                     |
| Provimento – 2003/00005                              |      |                                     |
| Forma confecção mandado citação                      | 16   | Justiça – organização interna       |
| Provimento – 2003/00004                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Vinculação Juiz ao processo;<br>produtividade        | 16.6 | Instituições públicas eficazes      |
|  | 16.3 | Estado de Direito                   |
| Provimento – 2003/00003                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Afastamentos juiz                                    |      |                                     |
| Provimento – 2003/00002                              |      |                                     |
| Divisão proc. Titular/substituto                     | 16   | Justiça – organização interna       |
| Provimento – 2003/00001                              | 16.3 | Estado de Direito                   |
| Jurisdição varas SJRJ                                | 16   | Justiça – organização interna       |
| Provimento – 2002/00007                              | 16   | Justiça – organização interna       |
| Remessa autos TRF                                    |      |                                     |
| Provimento – 2002/00006                              | 16.3 | Estado de Direito                   |
| Encaminhamento cartas execução penal<br>VEP estadual | 16   | Justiça – organização interna       |

|  |      |  |
|--|------|--|
| Provimento – 2002/00005                                  |      |  |
| Institui fórum distribuidores e comissão informática     | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2002/00004                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Mandados penhora   |      |  |
| Provimento – 2002/00003                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Pagamento honorários dativos                             | 16.3 | Estado de Direito                            |
|  |      | Acesso à Justiça                             |
| Provimento – 2002/00002                                  |      |  |
| Tradutores, intérpretes e seus honorários                | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2002/00001                                  |      |  |
| Tradutores, intérpretes e seus honorários                | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00026                                  | 16.3 | Estado de Direito                            |
| Jurisdição, plantão, distribuição                        | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00025                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Plantão, distribuição, advogados                         | 16.3 | Estado de Direito                            |
| Provimento – 2001/00021                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Recolhimento IR de alvarás                               | 16.6 | Instituições públicas transparentes          |
| Provimento – 2001/00020                                  | 16.3 | Estado de Direito                            |
| Distribuição, juiz natural                               | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00017                                  |      |  |
| Encaminhamento documentos à VEP estadual                 | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00016                                  |      |  |
| Encaminhamento documentos à VEP estadual                 | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00006                                  |      |  |
| Competência privativa 5VFEF Niterói para execução fiscal | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00004                                  | 16.3 | Estado de Direito                            |
| Competência Varas das subseções                          | 16   | Justiça – organização interna                |
| Provimento – 2001/00002                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Honorários periciais                                     |      |  |
| Provimento – 2000/00007                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Cria subclasse processual                                |      |  |
| Provimento – 1999/00016                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Cria central mandados JFES                               |      |  |
| Provimento – 1999/00015                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Cria central mandados                                    |      |  |
| Provimento – 1999/00004                                  | 16   | Justiça – organização interna                |
| Acompanhamento inspeção anual servidores Correged.       | 16.6 | Accountability                               |
|  |      | Instituições públicas eficazes/transparentes |
| Provimento – 1999/00003                                  | 16   | Justiça – organização interna                |

|   |      |   |
|---|------|---|
| Tramitação processos c/ Declínio ou suspeição   | 16.6 | Instituições públicas transparentes             |
| Provimento – 1999/00001   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Distribuição Processos com Declínio ou suspeição  | 16.6 | Instituições públicas transparentes             |
| Provimento – 1998/00137   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Plantão judiciário  | 16.3 | Acesso `a Justiça                               |
| Provimento – 1998/00136   |      |   |
| Tramitação processos p/ cálculo   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1998/00134   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Atendimento a partes, advogados e estagiários   | 16.3 | Acesso `a Justiça                               |
| Provimento – 1998/00133   | 16.3 | Estado de Direito                               |
| Exec. Penais condenados JF  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1998/00128   |      |   |
| Reinstitui livro rol dos culpados nas varas criminais                                     | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1998/00127   | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Recomenda aos juízes criminais adoção súmula 192 STJ                                      | 16.3 |   |
| Provimento – 1997/00119   | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Aplicação expurgos inflacionários   | 16.3 |   |
| Provimento – 1997/00116   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Cria convênio escritórios modelo  | 16.3 |   |
|   |      | Acesso à Justiça                                |
| Provimento – 1997/00115   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Cria controladoria JF   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/transparentes    |
| Provimento – 1997/00113   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Cria central mandados   |      |   |
| Provimento – 1997/00108   |      |   |
| Proced. para requerimento Informações sobre antecedentes penais de réus/condenados ao IFP | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1997/00096   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Obriga registro e distribuição eletrônica   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/transparentes    |
| Provimento – 1997/00095   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Regula Registro e distribuição inquéritos   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/transparentes    |
| Provimento – 1997/00094   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Recolhimento custas   | 16.3 | Acesso à Justiça                                |
| Provimento – 1996/00093   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Atualiza matrículas juízes  |      |   |
| Provimento – 1996/00092   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Uso livros e assentamentos  |      |   |
| Provimento – 1996/00091   | 16   | Justiça – organização interna                   |

|  |      |   |
|--|------|---|
| Registro e distribuição eletrônica   | 16.6 | Instituições públicas eficazes/transparentes    |
| Provimento – 1995/00068  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Suscitação conflito comp. juízes   | 16.3 |   |
| Provimento – 1995/00067  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Cobrança custas avaliação se excesso penhora   | 16.3 |   |
| Provimento – 1995/00066  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Exame autos por advogado sem procuração  | 16.3 |   |
| Provimento – 1995/00065  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Cálculo e pagto. preparo   |      |   |
| Provimento – 1995/00064  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Registro p/ baix. Proc. TRF  |      |   |
| Provimento – 1994/00063  |      |   |
| Transfere JFES novas instalações   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1994/00062  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Custas não pagas   | 16.3 | Acesso à Justiça                                |
| Provimento – 1994/00061  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| redistribuição   |      |   |
| Provimento – 1994/00060  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Necessidade audiência Conselho Penitenciário para conceder condicional, indulto e comutação pena |      |   |
| Provimento – 1994/00059  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| distribuição   |      |   |
| Provimento – 1994/00051  |      |   |
| Cuidados processamento feitos  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1994/00050  |      |   |
| Recebimento depósitos processos JF   | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1994/00048  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Instrução MS coletivo  | 16.3 |   |
| Provimento – 1994/00047  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| AJG  | 16.3 | Acesso `a Justiça                               |
| Provimento – 1994/00046  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Intimação MP   | 16.3 |   |
| Provimento – 1994/00040  |      |   |
| Provimento Cargo diretor secretaria  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1994/00039  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Aplicação penalidades a servidores   | 16.3 |   |
| Provimento – 1994/00033  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Custas JF  | 16.3 | Acesso à Justiça                                |
| Provimento – 1993/00032  |      |   |
| Autenticação de cópias que instruem inicial  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1993/00031  | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |

|  |      |   |
|--|------|---|
| Execução de créditos previdenciários                   | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00028                                | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Alvará/mandado pagamento depósitos liquidados pela CEF |      |   |
| Provimento – 1993/00027                                |      |   |
| Intimação/notificação AGU ou PFN                       | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1993/00026                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Conduta juízes   | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00025                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Encaminha cópia denúncia ACP ao MP                     | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00024                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Suspeição juiz interesse dec. Causa em favor parte     | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00023                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Admissão litisconsórcio ativo ulterior                 | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00022                                |      |   |
| Regula serviços forenses 1ª instância                  | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1993/00021                                | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Exercício titularidade pelo substituto                 |      |   |
| Provimento – 1993/00018                                |      |   |
| Atribuições substitutos por vacância titular           | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1993/00015                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Prisão de competência da JF                            | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00009                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Competência juízes                                     | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00007                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Dispõe sobre litisconsórcios ativos                    | 16.3 |   |
| Provimento – 1993/00006                                | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Agilizar processos de interesse da União               |      |   |
| Provimento – 1993/00005                                |      |   |
| Regula substituição juízes                             | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Provimento – 1993/00004                                | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Plantão judiciário                                     | 16.3 | Acesso `a Justiça                               |
| Provimento – 1993/00003                                | 16   | Justiça – organização interna;                  |
| Afastamentos juízes                                    | 16.6 | Instituições públicas responsáveis              |
| Provimento – 1993/00002                                | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Respeito LOMAN   |      |   |
| Provimento – 1993/00001                                | 16   | Justiça – organização interna                   |
| Regula serviços forenses                               |      |   |
| Provimento – 1992/00001                                | 16   | Justiça – organização interna Estado de Direito |
| Relações entre juízes e advogados                      | 16.3 |   |
| Provimento – 1990/00001                                |      |   |
| Código identif. Varas SJRJ/SJES                        | 16   | Justiça – organização interna                   |

| <b>Provimentos Conjuntos</b>  |            |  |
|---|------------|--|
| <b>Norma</b>  | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>                         |
| TRF2-PRC-2019/00001   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Disciplina distribuição recursos juiz vice-gestor TRs SJRJ  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| TRF2-PRC-2018/00002   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Estabelece regime gestão processos acumulados   | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| TRF2-PRC-2017/00001   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Disciplina intimação Whatsapp   | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| TRF2-PRC-2013/00024   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Disciplina redistribuição casos de remoção  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 13/2011  | 16         | Justiça – organização interna                |
| Regula mutirão pré-processual   | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 7/2009   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Rotinas de trabalho gabinetes TRs   | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 5/2008   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Regula registro suspensão prazos processuais nos sistemas de informática                              | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 4/2008   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Regula comunicação atos e transmissão peças processuais na indisponibilidade do sistema informatizado | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 3/2008   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Classificação de sentenças  |            |  |
| Provimento Conjunto nº 2/2008   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Disciplina procedimentos para interposição agravo instrumento decisão unânime                         | 16.3       | Estado de Direito                            |
|   | 16.6       | Instituições públicas eficazes/transparentes |
| Provimento Conjunto nº 4/2006   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Simplifica procedimentos JEFs   | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 3/2006   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Citação/intimação eletrônica advogados, MP, PRF nos JEFs  | 16.3       | Estado de Direito                            |
|   | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 2/2006   | 16         | Justiça – organização interna                |
| Inspeções anuais TRs  | 16.6       | Accountability                               |

|  |            |  |
|--|------------|--|
|  |            | Instituições públicas eficazes/transparentes |
| Provimento Conjunto nº 1/2006                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Uso assinatura/registro eletrônica                         | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 4/2005                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Uso assinatura/registro eletrônica                         | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 3/2005                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Citação/intimação eletrônica advogados e procuradores JEFs | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 2/2004                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Atuação de juízes suplentes nas Turmas Recursais           | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 1/2004                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Instalação de nova vara, distribuição, suspensão prazos    | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 14/2003                             | 16         | Justiça – organização interna                |
| Autointimação advogados, sistema eletrônico                | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 10/2003                             | 16         | Justiça – organização interna                |
| Reinício prazo processual, distribuição                    | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 6/2003                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Gratuidade, recurso  | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  |            | Acesso `a Justiça                            |
| Provimento Conjunto nº 5/2003                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Distribuição, processamento, julgamento, substituição juiz | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
| Provimento Conjunto nº 3/2003                              | 16         | Justiça – organização interna                |
| Intimação telefônica                                       | 16.3       | Estado de Direito                            |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes               |
|  |            |  |
| <b>Resoluções</b>  |            |  |
| <b>Norma</b>   | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>                         |
| RESOLUÇÃO CONJUNTA TRF2 Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 2025       | 16.6       |  |

|   |      |  |
|---|------|--|
| Dispõe sobre os procedimentos de cadastramento de instituições, órgãos e entidades para destinação de bens e/ou recursos, decorrentes de decisões judiciais e de instrumentos autocompositivos em tutela coletiva, e de prestação de contas dos bens e recursos destinados, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região |      | Instituições públicas eficazes   |
| TRF2-RSP-2024/00008   | 16   | Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças |
| Estabelece diretrizes para a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis da subtração internacional de crianças (1980) e revoga o Provimento n.º TRF2-PVC-2021/00005, de 8 de outubro de 2021.   | 16.2 |  |
| TRF2-RSP-2022/00065   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Altera a resolução trf2 rsp2021/00035 que regulamenta a implantação dos Núcleos de Justiça 4.0  | 16.3 | Estado de Direito  |
| TRF2-RSP-2020/00010   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Prevenção contágio pandemia coronavírus   | 16.3 | Estado de Direito  |
|   | 16.6 | Instituições públicas responsáveis   |
| TRF2-RSP-2019/00091   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Exercício competência delegada previdenciária Justiça estadual  | 16.3 | Estado de Direito  |
|   |      | Acesso `a Justiça  |
| TRF2-RSP-2019/00089   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Extingue projeto NAO  | 16.6 | Instituições públicas eficazes   |
| TRF2-RSP-2019/00088   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Modifica competência  | 16.3 | Estado de Direito  |
|   | 16.6 | Instituições públicas eficazes   |
| TRF2-RSP-2019/00086   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Competência territorial/material  | 16.3 | Estado de Direito  |
|   | 16.6 | Instituições públicas eficazes   |
| TRF2-RSP-2018/00055   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Competência material  | 16.3 | Estado de Direito  |
|   | 16.6 | Instituições públicas eficazes   |
| TRF2-RSP-2018/00050   | 16   | Justiça – organização interna  |
| Competência, reestruturação, JEFs adjuntos  | 16.3 | Estado de Direito  |

|  |            |  |
|--|------------|--|
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| TRF2-RSP-2018/00043  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Criação central de audiências de custódia; videoconferência  | 16.3       | Estado de Direito; acesso `a Justiça; presos provisórios |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| TRF2-RSP-2018/00009  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Revoga Res. 2017/66 Digitalização autos                      | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
|  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Alteração competência material                               | 16.3       | Estado de Direito  |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| TRF2-RSP-2017/00046  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Alienação de bens inservíveis; leilão, execução              | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
|  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| TRF2-RSP-2017/00045  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Regime especial de auxílio                                   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| TRF2-RSP-2016/00035  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Central de Audiências de Custódia, prisão                    | 16.3       | Estado de Direito; acesso à Justiça; presos provisórios  |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| TRF2-RSP-2016/00028  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Cadastro eletrônico peritos e órgãos técnicos ou científicos | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
|  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| TRF2-RSP-2016/00025  | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Regime especial de auxílio                                   | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| Resolução Conjunta 4/2016                                    | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Mediação/conciliação   | 16.3       | Mediação/resolução de conflitos                          |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| Resolução Conjunta 2/2016                                    | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Audiências de custódia                                       | 16.3       | Estado de Direito  |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| Resolução Conjunta 31/2015                                   | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Audiências de custódia                                       | 16.3       | Estado de Direito  |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| Resolução Conjunta 1/2003                                    | 16         | Justiça – organização interna                            |
| Especialização varas criminais/RJ e ES                       | 16.3       | Estado de Direito  |
|  | 16.6       | Instituições públicas eficazes                           |
| <b>EDITAIS</b>   |            |  |
|  |            |  |
| <b>Norma</b>   | <b>ODS</b> | <b>Justificativa</b>                                     |
|  |            |  |

|  |      |                                |
|--|------|--------------------------------|
|  |      |                                |
| TRF2-EDT-2023/00002  | 16   | Justiça – organização interna  |
| Torna pública a lista de varas/unidades jurisdicionais da SJRJ e SJES que receberam mais de 1.500 processos novos por magistrados no ano de 2022.                | 16.6 | Estado de Direito              |
| TRF2-EDT-2022/00017  | 16   | Justiça – organização interna  |
| Edital de publicação de resultados da seleção de juízes federais para o núcleo de Justiça 4.0  | 16.6 | Estado de Direito              |
| TRF2-EDT-2021/00014  | 16   | Justiça – organização interna  |
| Abre inscrições para magistrados manifestarem interesse em integrar o 1o. Núcleo de Justiça, 4.0 Seção Espírito Santo  | 16.6 | Estado de Direito              |
| TRF2-EDT-2021/00017  | 16   | Justiça – organização interna  |
| Torna público o resultado da seleção de Magistrados Federais para atuarem no 1o. Núcleo de Justiça 4.0   | 16.6 | Estado de Direito              |
| <b>Memorandos</b>  |      |                                |
| TRF2-MEM-2023/05308  | 16   | Justiça – organização interna  |
| Capacitação das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação da Justiça Federal da 2ª Região | 16.6 | Instituições públicas eficazes |